

As boas práticas de dona Alódia na produção do sabonete de babaçu da AMTR

Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA

Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Luiz Antônio Gusmão
Ronaldo Carneiro de Sousa



**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão**

Mestres do Agroextrativismo no Mearim
Volume 27

***As boas práticas de dona Alódia na
produção do sabonete de babaçu da AMTR***

Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA

*Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Luiz Antônio Gusmão
Ronaldo Carneiro de Sousa*

Embrapa
Brasília, DF
2020

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W5 Norte (final)
70770-917 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4700
Fax: (61) 3340-3624
www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

Embrapa Amazônia Oriental

Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/nº
Caixa postal 48
66095-903 Belém, PA
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845

Unidade responsável pelo conteúdo

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Comitê Local de Publicações
Presidente
Marília Lobo Burle

Secretária-executiva
Ana Flávia do N. Dias Côrtes

Membros

Antonieta Nassif Salomão; Bianca Damiani Marques; Diva Maria Alencar Dusi; Francisco Guilherme V. Schmidt; João Batista Teixeira; João Batista Tavares da Silva; Maria Cléria Valadares-Inglis; Rosameres Rocha Galvão; Tânia da Silveira Agostini Costa

Editores técnicos da coleção
Roberto Porro
Anderson Cássio Sevilha

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

As boas práticas de dona Alódia na produção do sabonete de babaçu da AMTR: Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA / Roberto Porro ... [et al.]. – Brasília, DF : Embrapa, 2020.
54 p. : il. ; 16 cm × 22 cm. – (Mestres do agroextrativismo no Mearim, 27)

ISBN 978-65-87380-01-8 (obra compl.). – ISBN 978-65-86056-72-3 (v. 27)

1. Médio Mearim. 2. Extrativismo sustentável. 3. Manejo. 4. Boas práticas. 5. Agricultura familiar. I. Porro, Roberto. II. Nascimento, Aline Souza. III. Gusmão, Luiz Antônio. IV. Sousa, Ronaldo Carneiro de. V. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. VI. Coleção.

CDD (21 ed.) 630.5

Ana Flávia do N. Dias Côrtes (CRB-1/1999)

© Embrapa, 2020

Embrapa

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W3 Norte (final)
70770-901 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4236
Fax: (61) 3448-2494
www.embrapa.br

Unidade responsável pela edição

Embrapa, Secretaria-Geral

Coordenação editorial
Alexandre de Oliveira Barcellos
Heloiza Dias da Silva
Nilda Maria da Cunha Sette

Supervisão editorial
Waldir Aparecido Marouelli

Revisão de texto
Maria Cristina Ramos Jubé
Lara Aliano Farias da Silva Pereira

Normalização bibliográfica
Ana Flávia do N. Dias Côrtes
Rejane Maria de Oliveira (CRB-1/2913)

Projeto gráfico e ilustrações
Sílvia Moan

Diagramação e arte-final da capa
Leandro Sousa Fazio

1ª edição

1ª impressão (2020): 500 exemplares



Autores

Roberto Porro

Engenheiro-agrônomo, doutor em Antropologia Cultural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Aline Souza Nascimento

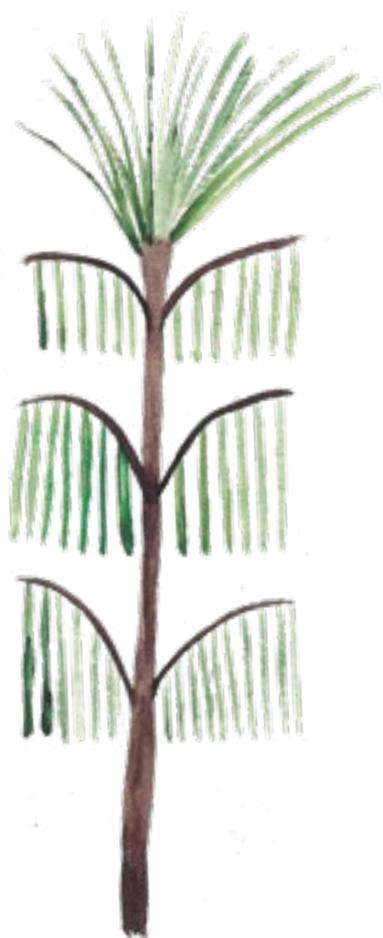
Cientista social, mestranda da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Luiz Antônio Gusmão

Engenheiro-agrônomo, mestre em Agroecologia, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA

Ronaldo Carneiro de Sousa

Técnico em agropecuária, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA





Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional e financeiro concedido pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Aos diretores e técnicos da Assema, que apoiaram a produção desta coleção, e especialmente às famílias que compartilharam conosco valiosas informações.

A todos aqueles que contribuíram na edição dos 30 volumes da coleção, especialmente à equipe de editoração da Embrapa. O apoio e engajamento de Nilda Sette e Waldir Marouelli foram fundamentais. E também ao Cláudio Quinto Filho, da Assema, e Renan Matias, do projeto Bem Diverso, pela elaboração dos croquis dos estabelecimentos rurais.

Esperamos que as publicações geradas contribuam para dar visibilidade aos objetivos de desenvolvimento e bem-estar das comunidades agroextrativistas do Território do Médio Mearim, no estado do Maranhão.





Apresentação

Promover o desenvolvimento local e conservar a biodiversidade brasileira é um dos objetivos do projeto Bem Diverso, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Com foco nesse objetivo, foi elaborada uma coleção de 30 publicações, intitulada Mestres do Agroextrativismo no Mearim, em parceria com a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema).

As publicações trazem experiências e iniciativas locais consideradas bem-sucedidas no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.).

A apresentação dessas experiências nesta coleção, realizada em conjunto pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Amazônia Oriental, marca mais uma etapa do trabalho desenvolvido pelas Unidades do projeto Bem Diverso, e reúne capacidades técnicas de inovação em biomas tão importantes como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, que se cruzam no Território da Cidadania do Médio Mearim.

Tendo como base as iniciativas para o manejo sustentável da palmeira babaçu, a coleção aborda temas como reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas; cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; comercialização de hortaliças produzidas de forma sustentável; pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; inovações na criação de pequenos animais; processamento local de frutas, mandioca ou leite e processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

Essa diversidade de temas mostra que estabelecer parcerias, como esta entre a Embrapa e diversas entidades, valoriza o trabalho de centenas de famílias agroextrativistas que realizam atividades exitosas no manejo sustentável e ajuda a manter e divulgar os princípios que são tão caros para a unidade familiar de produção, preservando o passado e antecipando o futuro, com os saberes tradicionais e as tecnologias de ponta em um só compasso.

Maria Cléria Valadares-Inglis
Chefe-Geral da Embrapa Recursos
Genéticos e Biotecnologia





Prefácio

Mais de 130 mil pessoas vivem na área rural do Território do Médio Mearim, sobretudo agricultores familiares, assentados e comunidades quilombolas. O Médio Mearim encontra-se numa zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga. Ao longo dos anos, o território perdeu boa parte da sua cobertura florestal nativa, por conta do desmatamento para formação de pastagens e agricultura extensiva. A palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.), que sempre esteve presente na rica composição da vegetação originária que cobria o território, passou a dominar a paisagem em sucessão, tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas áreas chamadas de babaçuais, que se tornaram a base do sustento de milhares de famílias no Médio Mearim.

Por essa razão, as comunidades lutam pela proteção das palmeiras, que sofrem pressão graças à tendência de sua eliminação por pecuaristas. Essa luta é protagonizada principalmente por mulheres, as quebradeiras de coco, que, além de coletar e processar o coco-babaçu, se organizam em movimentos sociais para garantir o acesso livre aos babaçuais, tanto em áreas públicas como privadas.

No início de 2017, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) iniciou



uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do projeto Bem Diverso, para viabilizar a disseminação e replicabilidade de boas práticas de manejo agroextrativista realizadas no Território da Cidadania do Médio Mearim, Maranhão.

Um dos objetivos da atividade consistia em reconhecer e dar visibilidade ao esforço concreto do dia a dia das famílias agroextrativistas da área de atuação da Assema.

Com base em processo conduzido pela Assema, foram selecionadas 30 famílias entre as unidades produtivas agroextrativistas, em nove municípios do território. A seleção levou em conta o destaque das famílias na condução de uma ou mais das seguintes atividades: 1) reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade; 2) cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; 3) cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; 4) cultivo comercial de hortaliças; 5) pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; 6) inovações na criação de pequenos animais; 7) processamento de frutas, mandioca ou leite; 8) processamento do coco-babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

A sistematização e a apresentação das iniciativas locais bem-sucedidas das famílias selecionadas, no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu, bem como os principais componentes do modo de vida de unidades familiares de produção no Médio Mearim são apresentados nos 30 volumes da coleção. Cada publicação retrata, portanto, o trabalho muito mais amplo realizado por centenas de famílias no território.



Este volume consiste na sistematização das iniciativas e práticas de manejo realizadas por Alódia Maria Sousa da Silva, na comunidade Ludovico, município de Lago do Junco, MA. Dona Alódia se destaca na fabricação de sabonetes a partir do óleo do coco-babaçu, na unidade de processamento da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR).

É importante destacar que, em praticamente todos os casos sistematizados, a iniciativa das famílias não se restringe a apenas uma atividade principal. É comum que duas ou três atividades predominantes sejam integradas no estabelecimento rural, onde também são executadas diversas outras atividades complementares.

Em cada caso, identificam-se as dimensões do caráter exitoso observado pela equipe de pesquisadores, técnicos e agentes de desenvolvimento que conduziram este trabalho ao longo de 18 meses, colhendo depoimentos, imagens e gerando textos que poderão ser utilizados em processos de aprendizado e compartilhamento do conhecimento, contribuindo, assim, para a divulgação do esforço desses mestres e mestras do agroextrativismo no Médio Mearim.

Convidamos, assim, leitores e leitoras a conhecer e compartilhar essas histórias.

Raimundo Ermino Neto
Coordenador-Geral da Associação em
Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão





Sumário

Breve trajetória **15**

Estabelecimento familiar **19**

AMTR e o sabonete “Babaçu Livre” **27**

Meios de vida **37**

Lições aprendidas e desafios **41**

Referências **43**

Foto: Aline Nascimento



Dona Alódia Maria Sousa da Silva expando os produtos da AMTR.



Breve trajetória

Alódia Maria Sousa da Silva é quebradeira de coco-babaçu e uma das sócias da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR). Dona Alódia (56 anos) nasceu no povoado de Ludovico, em Lago do Junco, onde constituiu família e criou seus quatro filhos, dos quais três moram no mesmo povoado, assim como 22 famílias de parentes próximos (seis dos nove irmãos, um tio e 15 primos).

Ludovico é o maior povoado do município de Lago do Junco, atualmente com 180 famílias residentes. Sua formação data de 1902 a 1915, quando as famílias Alves, Lopes e Reis, consideradas suas fundadoras, chegaram à região (Linhares, 2016). O nome do povoado está ligado a uma rima feita numa roda de conversa por um homem que, bebendo com outros, em determinado momento puxou a faca, cuspiu na ponta e disse: “esta daqui é a Maria Ludovico, a miséria do pobre é a desgraça do rico, onde ela põe a ponta o urubu põe o bico, eu te batizo Ludovico!”.

Na década de 1980, Ludovico foi uma das comunidades de Lago do Junco marcadas pelas lutas travadas por trabalhadores e trabalhadoras rurais contrários à



Vista do povoado de Ludovico, em Lago do Junco.

apropriação das terras por fazendeiros de outras regiões, como “das bandas de São Paulo, da Bahia e, principalmente, de Sergipe”, conforme relatado por Diocina Lopes dos Reis, conhecida como dona Dió, também moradora do povoado.

Dona Dió afirma que a terra ao redor do povoado “sempre foi livre, ocupada pelas famílias [...]. No tempo dos nossos pais era uma coisa bem liberta, eles trabalhavam onde queriam.” No período em que as primeiras famílias foram ocupando e estabelecendo moradia na área, as terras devolutas eram abundantes no Maranhão. Desse modo, foram povoando essas “terras livres”.

Essa liberdade começou a mudar a partir da incorporação das terras no mercado, promovida pela Lei de Terras do Maranhão (Lei nº 2.979/69) (Pedrosa, 2003). Outras medidas que também afetaram a realidade no campo foram a priorização da pecuária empresarial e a concessão de incentivos fiscais e financeiros que

serviram como elementos de atração de fazendeiros e empresários para regiões como o Mearim. Porém, essas terras já vinham, há décadas, sendo ocupadas, tanto pelos descendentes dos escravos libertos, como por posseiros vindos de outros estados do Nordeste em busca de locais onde seria possível implantar suas lavouras de forma autônoma. Na década de 1970, a grilagem e a apropriação indevida de terras acentuam-se e, com elas, a pressão sobre essas famílias, que passam a ter seus direitos tolhidos, sendo frequentes os atos de violência na expropriação delas. A reação das famílias levou a intensos conflitos fundiários entre fazendeiros e posseiros que buscavam recuperar o acesso à terra.

Em Ludovico, o conflito eclodiu entre 1986 e 1988, resultando na aquisição, pelo Instituto de Terras do Maranhão (Iterma), de 369 ha (hectares) do fazendeiro José Coutinho, para criação do Projeto de Assentamento Estadual Aparecida, beneficiando 28 famílias que se envolveram efetivamente na greve.



Cantina da Coppalj no povoado Ludovico.

Embora não tenha se envolvido diretamente nos conflitos porque ora tinha filho pequeno ora estava grávida, dona Alódia guarda inúmeras lembranças acerca desse período e afirma que “muita gente foi embora por medo de morrer”. Depois que os filhos cresceram, ela se engajou em espaços políticos tais como a AMTR, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco (STTR), a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (Coppalj) e a Associação da Escola Família Agrícola Antônio Fontenele. Atualmente, dona Alódia divide seu tempo disponível entre o trabalho na fábrica de sabão e sabonetes da AMTR e atividades em seu estabelecimento.



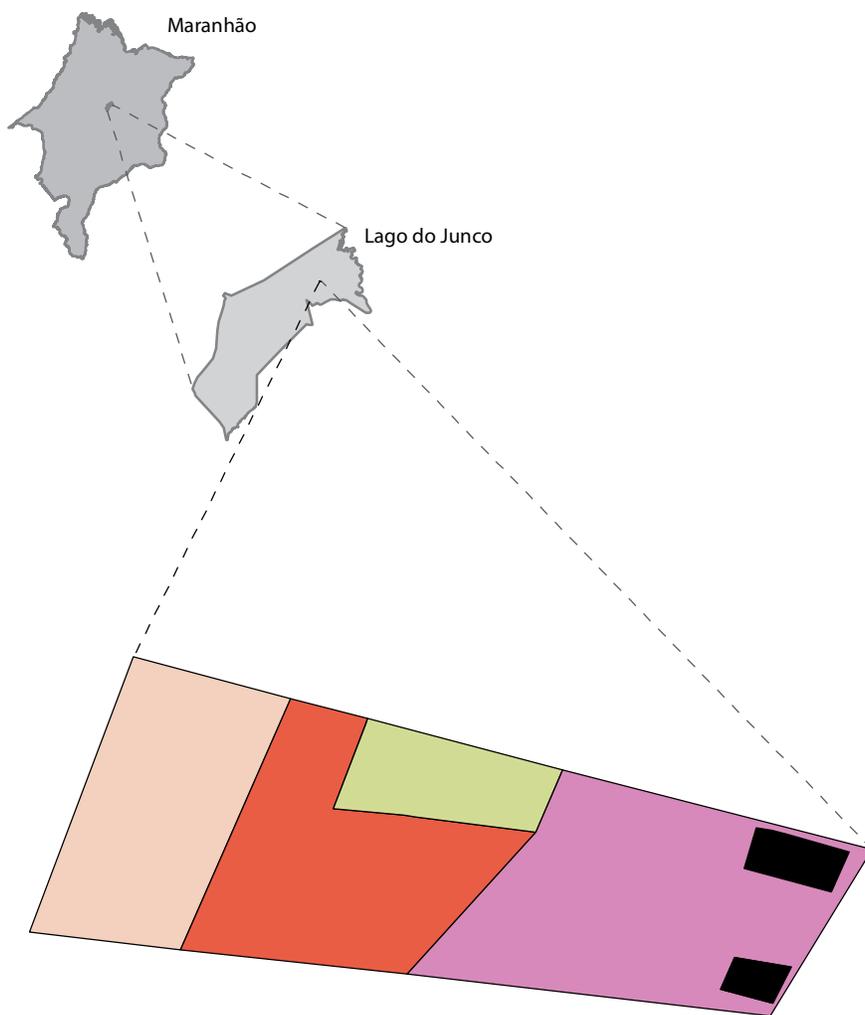


Estabelecimento familiar

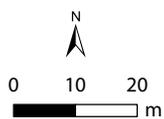
Dona Alódia reside na área central do povoado de Ludovico, distante 30 km da sede municipal de Lago do Junco. O local da casa e do quintal, com pouco menos de 0,5 ha, está representado no croqui a seguir, onde dona Alódia cuida de seus plantios, quando não está trabalhando na fábrica da AMTR.

O local onde, atualmente, dona Alódia reside, fazia parte de uma área de 230 ha que pertencia a seus pais. Quando os pais, Maria Alves Sinfrônio e José Gustavo de Sousa, se separaram em 1995, venderam 30 ha e dividiram entre os dois os 200 ha que restaram. A metade do pai foi logo vendida, enquanto “os 100 ha da mãe foram divididos entre ela e os nove filhos, ficando cada um com 10 ha”. Em 2017, dona Alódia vendeu seu lote, mas, em 2007, havia adquirido a parcela da mãe, que repassou a seu filho.

O quintal de dona Alódia contém um pomar de 0,2 ha com 40 árvores de fruta em produção, incluindo 12 ateiras, 5 laranjeiras, 5 aceroleiras, 4 mangueiras, 4 cajueiros, 2 goiabeiras, 2 coqueiros, 2 tamarindeiros, 1 caramboleira, 1 limoeiro e 1 tangerineira. Em outra área, estão plantadas 20 touceiras de bananeira e alguns maracujazeiros.



- Horta (428 m²)
- Pomar (0,2 ha)
- Roça (0,1 ha)
- Banal (0,1 ha)
- Construções (142 m²)



Localização e croqui do estabelecimento familiar.

Fonte: Adaptado de Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).



Foto: Aline Nascimento

Dona Alódia em frente à sua residência, em Ludovico, Lago do Junco.

Dona Alódia também plantou macaxeira, feijão e cuxá (vinagreira) em 0,1 ha. E ela cuida de uma horta onde planta alface, couve, maxixe, pimentão, pepino, quiabo, coentro e tomate, além de plantas medicinais e condimentares, como boldo, capim-santo, babosa e pimenta-de-cheiro. É ela quem maneja sozinha a área, trabalho que desempenha com bastante empolgação. Apenas em alguns momentos contrata um diarista para capinar as áreas cultivadas.



Dona Alódia regando o canteiro suspenso de hortaliças.

Dona Alódia costuma ser acompanhada por Dalila, sua neta. Desse modo, seu quintal pode ser considerado um local de aprendizado, convivência e troca de experiências. Somado ao conhecimento acerca dos danos provocados pelo uso dos agrotóxicos, essa convivência tem contribuído para a não utilização de insumos químicos na sua produção.

Um galinheiro com cerca de 10 galinhas e 35 pintos fica próximo à casa, contribuindo na alimentação e gerando excedentes para a venda. Na horta, o alface, o coentro e a cebolinha são cultivados num canteiro suspenso por causa do excesso de umidade no solo no período chuvoso (inverno). Nesse canteiro, dona Alódia utiliza o paú de babaçu, material aproveitado do tronco das palmeiras caídas, já em estado de decomposição. Ao longo do ano, utilizou dez latas desse adubo orgânico por ela coletado.

O aproveitamento do paú está fortemente ligado à percepção que as quebradeiras de coco possuem acerca das palmeiras, associadas por elas à figura materna, aquela que nutre, que dá o sustento. É justamente esse imaginário e valorização que têm contribuído para que se tornassem as principais responsáveis pela conservação dos babaçuais (Barbosa, 2007).



Foto: Aline Nascimento

Dona Alódia colhendo bananas no pomar de seu lote.

Dona Alódia também realiza a prática extrativa. “Quebro 30 kg (quilogramas) por semana, quando tenho tempo de pegar direto, porque devido a outras atividades por vezes não sobra tempo”. O coco é coletado nas pastagens, também denominadas de soltas, e quebrado em sistema de troca de dias, prática comum entre as quebradeiras de coco da região, como forma de ajuda mútua. No ano anterior à entrevista, dona Alódia quebrou 1.200 kg de amêndoas, comercializadas na cantina da Coppalj, em Ludovico. Nesse período, também produziu para seu consumo 50 kg de sabão, 5 L (litros) de azeite e 1 L de leite de babaçu, além de cerca 30 latas de carvão.

Foto: Aline Nascimento



Dona Alódia trabalhando na quebra do coco-babaçu.

Assim como Alódia, dona Dió comenta que, no período chuvoso, o trabalho de quebrar coco é reduzido, em razão da dificuldade de coletar o fruto, pois muitas áreas ficam alagadas. Além do mais, o coco se torna escasso nas áreas mais próximas, uma vez que esse período coincide com a entressafra do babaçu. Para obter mais benefícios econômicos a partir da atividade e fortalecer a organização das quebradeiras de coco-babaçu, dona Alódia, dona Dió e muitas outras mulheres de Ludovico participam da AMTR.



Foto: Aline Nascimento

Dona Dió, quebradeira de coco e liderança da AMTR em Ludovico.





AMTR e o sabonete “Babaçu Livre”

A AMTR foi fundada em 14 de maio de 1989 “por uma necessidade das mulheres” em razão das dificuldades que enfrentavam na região, conforme afirmado por dona Dió, uma das sócias fundadoras da associação.

A situação de vulnerabilidade em que se encontravam as famílias dos povoados de Lago do Junco nas décadas de 1970 e 1980 aumentou a mortalidade infantil, uma vez que as áreas disponíveis para os cultivos agrícolas foram reduzidas com a privatização das terras públicas no município. Além disso, as famílias passaram a ser impedidas de coletarem o coco-babaçu em virtude de os babaçuais estarem localizados em “terras de dono”. Muitos fazendeiros começaram a arrendar o acesso ao babaçu, de forma que apenas os arrendatários tivessem o controle e os benefícios da produção.

Para muitas famílias, a atividade extrativa, desde aquele momento, se constituía em uma das principais alternativas econômicas. Desse modo, a impossibilidade de sua realização contribuiu para o agravamento da pobreza e para a desestruturação econômica de muitos grupos familiares.



Sabonete Babaçu Livre, produzido pela AMTR na fábrica em Ludovico.

A forma encontrada pelas mulheres foi a de se organizarem coletivamente em clubes de mães e lutarem, inicialmente, pela saúde das crianças. Posteriormente, começaram a quebrar coco, num sistema que denominam de mutirão, e a reivindicar a permanência na terra onde já haviam estabelecido moradia. Esses mutirões,

[...] no contexto de interdições que vinham sofrendo para adentrar os babaçuais, consistiam na entrada de grandes grupos de pessoas (mulheres, homens e crianças) nas áreas agora privatizadas e na quebra de todo coco que encontrassem já reunido pelo arrendatário (Andrade, 2009, p. 228).



Foto: Roberto Piro

Assembleia de fundação da AMTR (maio de 1989) – Morada Nova.

Esse período ficou marcado pelo impedimento da derrubada dos babaçuais e pelo enfrentamento direto a pistoleiros armados que, em algumas situações, “derrubavam as palmeiras, tomavam pacará, machado, judiavam demais. Era uma tortura”. Como a sobrevivência dependia do babaçu, restava a resistência como forma de defesa da manutenção e reprodução física.

Embora homens e mulheres tenham participado dos conflitos, a resistência em torno dos babaçuais conformou-se como uma luta feminina (Barbosa, 2007). Os movimentos incansáveis das trabalhadoras e sua capacidade organizativa as levaram à geração de alternativas próprias, como a criação da AMTR.

No início, a associação contava com 41 sócias que trabalhavam com produção artesanal de azeite de babaçu. Essa associação de



mulheres foi constituída a partir dos clubes de mães de toda a região, como relata dona Dió:

A gente quebrava o coco, vendia uma parte para comprar o básico de casa e o outro a gente torrava. Cada uma torrava, pisava, tirava um litro de óleo. Desse, meio litro a gente ficava para temperar – porque a gente temperava com o azeite – e o outro a gente doava. Fazíamos o sabão e vendíamos para nós mesmas e fazíamos a caixinha do Clube de Mães. Criamos uma fórmula do ‘sabão mulher’. A gente ralava no ralo e botava no saquinho que foi colocado durante um tempo na vitrine do escritório da Emater e teve uma repercussão boa. Depois, uma moça que trabalhava na Emater trouxe uma receita do sabonete. Essa receita não pegava o nosso óleo, era óleo de mamona e gordura de animal. Mas não queríamos daquele jeito não, queríamos com o nosso óleo mesmo, caseiro. Nós íamos para o salão paroquial da igreja e trabalhava esse sabão, esse sabonete, botando num cano de PVC. Foi uma luta muito grande, mas a gente venceu. Buscamos melhoria. Uma assessora nossa, que era da Ação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (Acesa) e atuava na área da saúde, perguntou: por que vocês não fazem uma associação a nível municipal, em vez de ser apenas dessa comunidade? [...] Fazíamos os intercâmbios do Clube de Mães levando essas informações e todo mundo concordou. Foi combinado para fundar essa associação de mulheres do município de Lago do Junco. Foi marcada uma assembleia em Morada Nova, em 14 de maio de 1989, na qual estive presente 250 mulheres. A AMTR tem o compromisso de luta pela preservação, produção e educação. É a base da lida de tudo.

Desde 1997, quando Lago dos Rodrigues se desmembrou de Lago do Junco, a AMTR atua nos dois municípios, tornando-se um espaço de solidariedade entre as mulheres, lutando por questões fundamentais, como a autonomia política e econômica das sócias.

Fabricação de sabão e sabonete Babaçu Livre

Os ingredientes para a fabricação de sabonete e sabão incluem, além de óleo bruto de coco-babaçu, hidróxido de sódio (conhecido como soda cáustica) e caulim, essências aromáticas, açúcar e mel.

A produção inicia com a análise da concentração, ou alcalinidade total da soda cáustica, realizada no laboratório da fábrica. Em seguida, água potável é colocada em um reator com capacidade de 150 L, juntamente com todos os ingredientes, em suas respectivas proporções. O reator homogeniza a massa por cerca de 40 minutos. Após, ainda em estado líquido, a mistura é repassada para tubos de PVC de 75 mm para finalizar a reação química. No dia seguinte, os tubos são levados para uma máquina que retira as barras cilíndricas já em estado sólido. Uma vez extraídas, as barras são cortadas em seções com peso final de 90 g (gramas). O sabonete, já em fase de acabamento, passa por mãos que o embalam, rotulam e acondicionam em caixas de papelão com a marca Babaçu Livre.

O processo de fabricação do sabão é semelhante, porém sem utilização de óleo essencial, mel e açúcar. Formas metálicas retangulares com capacidade de 20 kg substituem os canos de PVC. Em breve, a AMTR implementará uma linha de fabricação exclusiva para sabão, quando serão adotados rótulos e caixas específicas.



Foto: Roberto Pomo

Sabonetes de babaçu antes de serem embalados.

Atualmente, a AMTR possui, no povoado de Ludovico, uma fábrica de sabão em barra e de sabonetes, ambos produzidos com óleo vegetal orgânico de coco-babaçu adquirido da Coppalj. Muitas mulheres que trabalham na fábrica da AMTR são sócias da cooperativa, inclusive dona Alódia, que já foi, inclusive, diretora. Os produtos carregam a bandeira Babaçu Livre e são as sócias que produzem, embalam e assumem o trabalho de escoar a produção em diversos canais de comercialização, efetivamente, participando de todo o processo produtivo.

Foto: Roberto Perro



Maria das Dores (Dôra), presidente da AMTR, em frente à máquina de corte de sabonete.



Licenciamento sanitário para a fábrica de sabão e sabonete

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é a entidade regulamentadora ligada ao Ministério da Saúde responsável pela padronização dos sistemas produtivos e garantia da qualidade do produto que chega ao consumidor. Já a Superintendência de Vigilância Sanitária (Suvisa) é o órgão público do governo do estado responsável pela fiscalização e pela garantia do cumprimento das regras estabelecidas pela Anvisa.

Os seguintes documentos são exigidos para o licenciamento sanitário, necessário para funcionamento da unidade:

- Alvará sanitário emitido pela Suvisa.
- Autorização de funcionamento da empresa (AFE) específico para as respectivas categorias de produtos (saneantes, no caso de sabão, e cosméticos, no caso de sabonetes).
- Alvará de autorização sanitária municipal.
- Licença ambiental, emitida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema).
- Habite-se, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2013a, 2013b, 2013c).

Desde março de 2018, dona Alódia tem assumido atividades de produção, articulação e comercialização (tanto no atacado como no varejo) na fábrica da AMTR. Porém, sempre que necessita de apoio para realizar alguma dessas atividades, recebe ajuda das demais sócias.



Dona Alódia embalando o sabonete Babaçu Livre.

A produção ocorre, geralmente, a cada 4 meses, ou quando o estoque na fábrica estiver reduzido. Dona Alódia é a responsável por comprar insumos para fabricação do sabão e sabonete e pela organização do espaço. A fabricação dos produtos demanda a participação de outras sócias, sobretudo no momento do corte das barras. Já o processo de embalagem para reposição do estoque, quando os pedidos são limitados, pode ser feito somente por uma pessoa. Nesses casos, o acabamento e a embalagem dos sabonetes são feitos no dia seguinte ao corte das barras.



Foto: Roberto Porto

Caixas de sabonete Babaçu Livre, da AMTR.

As sócias que participam da produção de sabonete são remuneradas conforme o tempo dedicado, exceto a gerente, cargo atualmente exercido por dona Alódia, cuja remuneração é mensal. Após a realização das vendas, todos os gastos são contabilizados e o saldo forma um caixa da AMTR, utilizado para pagamento de despesas eventuais.





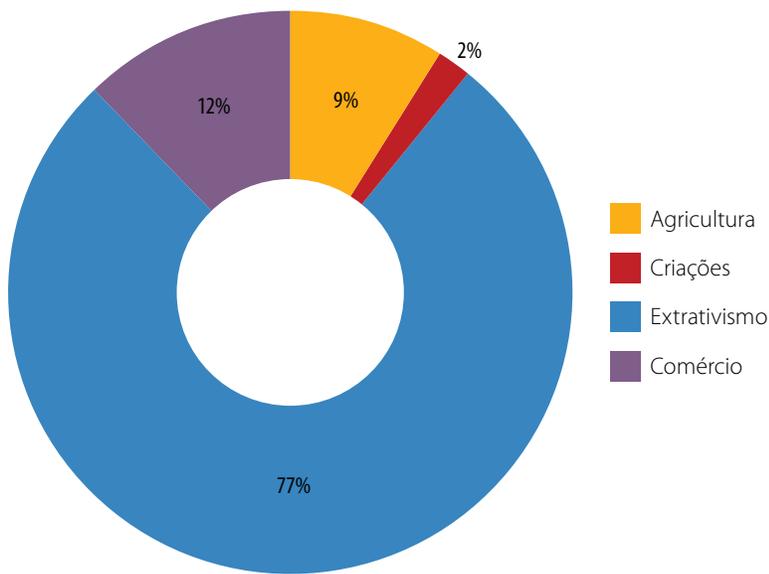


Meios de vida

Dona Alódia sempre priorizou sua segurança alimentar e, por isso, ela mesma assume as atividades em seu estabelecimento. Esse trabalho possibilita a redução dos custos e a garantia da qualidade dos produtos obtidos, além de resgatar e conservar as sementes de algumas espécies adaptadas às condições locais.

Como verificado no gráfico a seguir, elaborado a partir de informações fornecidas por dona Alódia, o extrativismo representou 77% de sua renda monetária para o ano agrícola 2016/2017. Nesse caso, os recursos foram obtidos a partir da venda de amêndoas e dos rendimentos do trabalho realizado na fábrica de sabonete da AMTR. As amêndoas são comercializadas na cantina da Coppalj, localizada próximo à sua residência, no povoado de Ludovico.

Quando obtém excedente na produção de hortaliças, frutas e criações, também comercializa esses produtos na cantina. Outra forma de escoar o excedente agrícola é a comercialização direta ao consumidor, uma vez que alguns vizinhos sempre se dirigem à sua casa para comprar seus produtos, por reconhecerem a qualidade dos alimentos produzidos por dona Alódia.



Fontes de renda monetária familiar.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

No passado, ela acessava, por meio da Coppalj, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no qual comercializava polpas de frutas que eram destinadas às Escolas Famílias Agrícolas. Atualmente, as frutas são processadas e aproveitadas por Tamires, sua filha mais velha, que trabalha com venda de lanches em Ludovico e busca oferecer aos clientes uma alimentação mais saudável.

Uma atividade que era desenvolvida por dona Alódia antes de assumir a gerência da AMTR é o artesanato em croché. Esporadicamente, vendia peças por ela produzidas, geralmente na própria comunidade.

Com relação aos gastos familiares, o gráfico a seguir apresenta as despesas no mês anterior ao da entrevista, realizada em meados de 2018. Os gastos com alimentação representaram 37% das despesas



Foto: Aline Nascimento

Ponto de venda de lanches, mantido por Tamires, filha de dona Alódia.

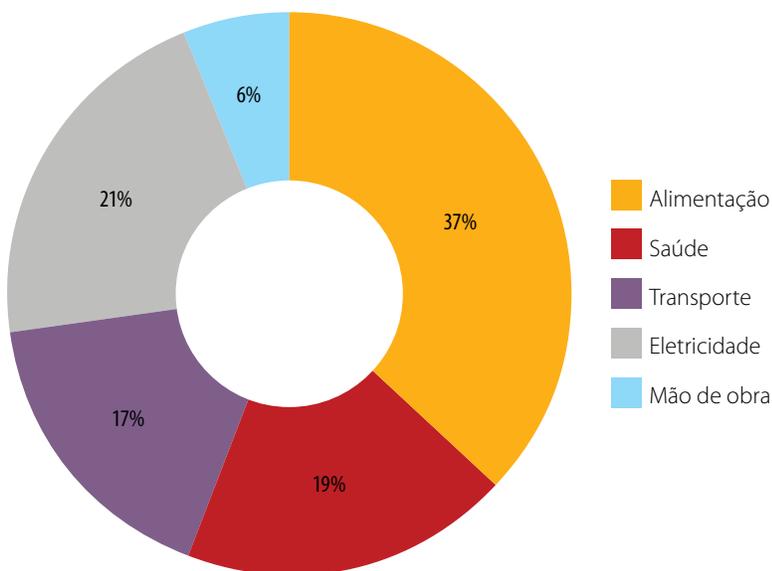


Foto: Aline Nascimento

Produtos obtidos pelo processamento caseiro de frutas.

da trabalhadora, o que inclui a compra de itens básicos, como o arroz (produzido por outros agricultores familiares da comunidade) e produtos industrializados, como açúcar, óleo e café. O consumo de hortaliças, frutas, galinhas e ovos produzidos em seu quintal em muito contribui para que essas despesas não sejam maiores.

Somam-se à alimentação gastos significativos com eletricidade (21%), saúde (19%) e transporte (17%). Uma despesa menos elevada foi com mão de obra, que inclui o pagamento de diárias para realizar a capina das áreas cultivadas, quando dona Alódia não tem tempo suficiente para manejar a vegetação que cresce de forma espontânea em seu quintal.



Gastos familiares

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).



Lições aprendidas e desafios

As relações que as mulheres como Alódia desenvolvem com seus sistemas produtivos ultrapassam a dimensão econômica, revelando-se não apenas como espaços de trabalho, mas também como espaços de sociabilidade e transmissão de conhecimentos. Soma-se a isso a possibilidade do surgimento de outras dinâmicas, como o acesso aos mercados institucionais (Alves et al., 2018).

As práticas e vivências observadas no cotidiano de dona Alódia demonstram que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres não se deve restringir à esfera privada, deve também ocupar espaços de decisão. A AMTR tem um papel fundamental nesse processo ao criar estratégias que buscam assegurar a emancipação das trabalhadoras rurais.

A associação tem contribuído no enfrentamento às desigualdades sociais e no fortalecimento das lutas das mulheres rurais pelos direitos assegurados, destacando-as como protagonistas centrais da construção do bem viver.

A importância que a associação desempenha na vida das suas integrantes reverbera por meio das mudanças vividas por dona Alódia, que “antes ficava só em casa,

fazendo serviço só de casa” e, atualmente, encontra-se inserida em vários espaços de discussões que têm contribuído para seu empoderamento e sua autonomia política.

O engajamento na AMTR e em outros espaços representou um recomeço na sua vida, sobretudo após sua separação conjugal, em 2013, que, embora tenha sido uma forma de libertação de situações desagradáveis, foi acompanhada por uma sobrecarga emocional em virtude das representações negativas, muitas vezes, associadas às mulheres que optam pelo rompimento. O trabalho na fábrica e o cuidado com seu quintal produtivo têm lhe resgatado a autoconfiança, possibilitando que descubra suas potencialidades e conquiste novos espaços.

Foto: Aline Nascimento



Dona Alódia na sede da AMTR, em Ludovico.



Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução-RDC nº 47, de 25 de outubro de 2013. Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos Saneantes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 out. 2013a. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3153287/RDC_47_2013.pdf/f7e00743-6b11-4ecd-94a0-96605c9a4549>. Acesso em: 18 nov. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução-RDC nº 48, de 25 de outubro de 2013. Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1 nov. 2013b. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0048_25_10_2013.html>. Acesso em: 18 nov. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução-RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1 nov. 2013c. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html>. Acesso em: 18 nov. 2018.



ALVES, R.; SOUZA, A.; MEDEIROS, A. **Economia solidária e agroecologia**. Olinda: MXM Gráfica e Editora, 2018.

ANDRADE, M. de P. Hoje, a mulher é a estrela: divisão sexual do trabalho guerreiro nas lutas camponesas no Maranhão. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Org.).

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 223-246.

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no Médio Mearim**: agosto-novembro 2017.

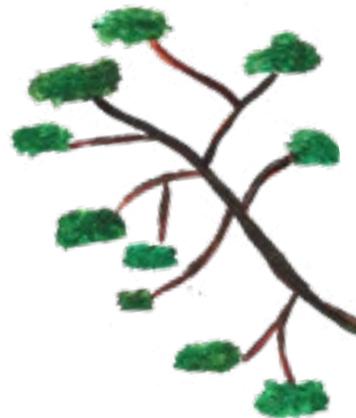
[Pedreiras, MA: Assema], 2018. Relatório não publicado.

BARBOSA, V. de O. **Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 2007. 167 f. (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LINHARES, A. da S. **Quebradeiras de coco babaçu no Médio Mearim, Estado do Maranhão: (re)construindo identidades e protagonizando suas histórias em defesa de patrimônios coletivos**. 2016. 289 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

PEDROSA, L. A. C. **A questão agrária no Maranhão**. São Luís: [s.n., 2003]. Mimeografado.





Coleção Mestres do Agroextrativismo no Mearim

Reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade

- Volume 1 O novo reforço na produção agroflorestal de Domingos Mariano e Ivanilde
Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA
- Volume 2 A produção da família Alves de Sousa aliada à recuperação do solo
Centro do Bertolino, Lago do Junco, MA
- Volume 3 A roça agroecológica da família de dona Sibá e seu João Valdeci
Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, MA
- Volume 4 As vivências da família Sousa Lopes na construção da diversidade
Pau Ferrado dos Procópio, Lago do Junco, MA
- Volume 5 A preservação da biodiversidade pela família Santos
Povoado de Mangueira, Lima Campos, MA



Cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área

- Volume 6 A tradição da família de dona Belinha no cultivo do feijão abafado
Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA
- Volume 7 A recuperação da roça por meio de capoeiras de sabiá da família Soares
Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA
- Volume 8 As vivências da família Martins na produção agroecológica
Povoado Nova Olinda, Lima Campos, MA

Cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental

- Volume 9 As boas práticas da família Pereira Santana
Sítio Novo, Lago do Junco, MA
- Volume 10 Alcimar e Maria de Fátima e a tradicional prática da roça no toco
Vila Nova, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA
- Volume 11 As boas práticas de produção sustentável da família Araújo
Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA

Cultivos comerciais sustentáveis de hortaliças

- Volume 12 As boas práticas na produção agroecológica da família Furtado
Centro da Zozima, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 13 O exemplo da família de Josilene e Mizael no cultivo da horta

Povoado de Três Poços, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 14 As inovações de Rosa e Tião para uma boa produção em pequenas áreas

Centro dos Passarinhos, Lago dos Rodrigues, MA

Pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais

Volume 15 As boas práticas dos Sousa na criação bovina em babaçuais

Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA

Volume 16 A integração de cultivos, criações e extrativismo pela família Cordeiro

São José dos Mouras, Lima Campos, MA

Volume 17 A experiência da família Meneses no manejo do babaçu em pastagens

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Inovações na criação de pequenos animais

Volume 18 A diversidade da criação animal da família Monteiro

Povoado Canafístula, Esperantinópolis, MA

Volume 19 A integração das atividades produtivas da família Sousa

Povoado Baixinha, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 20 Sebastião e Maria de Fátima: produção aliada à conservação

Povoado Jenipapo, Esperantinópolis, MA



- Volume 21 A vivência dos Freitas no manejo da roça e na criação de aves
Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA

Processamento local de frutas, mandioca e leite

- Volume 22 A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho
Comunidade Centro dos Cocos, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA
- Volume 23 Dona Beta e seu Matias pela preservação da vida e do solo
Estrada da Vitória, Poção de Pedras, MA
- Volume 24 As boas práticas de produção e processamento da família de Lúcia e Chico Fartura
Povoado Serrinha, Igarapé Grande, MA
- Volume 25 A qualidade da produção tradicional de queijo por Francisca e José Meneses
Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato

- Volume 26 Os saberes da família Rego da Silva e o artesanato com babaçu
Centro do Coroatá, Esperantinópolis, MA
- Volume 27 As boas práticas de dona Alódia na produção do sabonete de babaçu da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA

Volume 28 A tradição do coco-babaçu na família de Francilene e Antônio Adão

Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 29 A produção artesanal de azeite de babaçu da família Santos

Serra Quebrada, Poção de Pedras, MA

Volume 30 Francisca e Miguel e a beleza na produção do pacará

Centrinho da Aparecida, Lago do Junco, MA







O projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável de espécies e de sistemas agroflorestais (SAFs), de forma a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

Fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o projeto é executado com o apoio de organizações do governo e da sociedade civil com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). As atividades tiveram início em 2016 e vão até 2020. Os principais eixos são a promoção do desenvolvimento sustentável de seis Territórios da Cidadania (TCs), por meio do uso da biodiversidade e de sistemas agroflorestais, e a geração de subsídios para aperfeiçoar as políticas públicas sobre uso sustentável e conservação da biodiversidade.

O Bem Diverso atua nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, reconhecidos pela importância socioambiental, mas ameaçados pelo desmatamento e aumento de práticas agrícolas insustentáveis. Nesses biomas, o projeto trabalha diretamente em seis TCs: TC Alto Rio Pardo (MG) e TC Médio Mearim (MA) no bioma Cerrado;

TC Sobral (CE) e TC Sertão de São Francisco (BA) no bioma Caatinga; e TC Alto Acre e Capixaba (AC) e TC Marajó (PA) no bioma Amazônia.

Os TCs são caracterizados por elevada biodiversidade; pela presença de espécies de plantas de importância econômica, manejadas por comunidades locais; pelo potencial para melhoria da qualidade dos produtos da biodiversidade, desde a coleta, passando pelo processamento até o consumo; e pela possibilidade para desenvolver ações com SAFs.

Contato

Parque Estação Biológica (PqEB), s/nº

70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4912

E-mail: contato@bemdiverso.org.br

www.bemdiverso.org.br





A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) é uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores(as) familiares e extrativistas do coco-babaçu. Fundada em 1989, a Assema tem sede na cidade de Pedreiras, localizada na parte central do estado do Maranhão, e tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas. Instituição parceira do projeto Bem Diverso no Território da Cidadania do Médio Mearim, no Maranhão, a Assema promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais.

Os objetivos estratégicos da Assema incluem combater as desigualdades de gênero e geração; contribuir para a produção de alimentos seguros e diversificados destinados ao autoconsumo e mercados; gerar renda por meio da organização dos processos comerciais cooperativistas e associativos no mercado justo e solidário; apoiar ações de educação contextualizada em escolas públicas rurais e de alternância; e empoderar os sujeitos para a intervenção nos espaços de tomada de decisão em políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

A Assema é uma entidade plural que incorpora segmentos e ações diferenciadas, o que tem possibilitado amadurecimento na

forma de gestão participativa em que a orientação de suas ações parte das organizações de base. Para atender a essa dinâmica, conta-se com uma estrutura organizacional composta por áreas de Governança e Gestão Programática, Mobilização e Visibilidade.

Contato

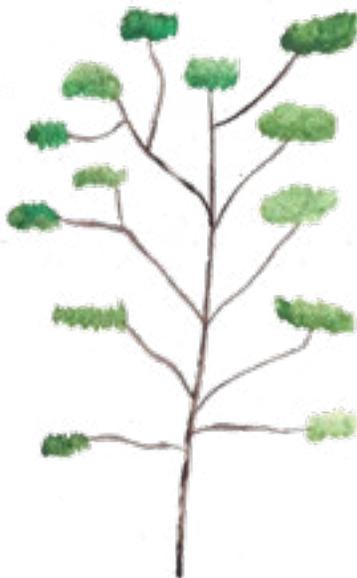
Rua da Prainha 551

Bairro São Benedito

65725-000 Pedreiras, MA

Fones: (99) 3642-2061 / (99) 3624-2152 / (99) 3634-1463

www.assema.org.br





Impressão e acabamento





Patrocínio



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISSN 978-65-86056-72-3



9 786586 056723

CGPE 15732